

Ecosol – Notas Homeopáticas

Idalvo Toscano *

*Sonhar
Mais um sonho impossível
Lutar
Quando é fácil ceder
Vencer o inimigo invencível
Negar quando a regra é vender*

[**Sonho impossível** – J. Darion - M. Leigh
versão de Chico Buarque e Ruy Guerra – 1972]

I. Sobre a produção solidária e o mercado capitalista

A economia solidária tem como proposta a produção de bens e serviços voltados ao atendimento das necessidades das pessoas, que preservem a ecologia e sejam realizados de modo associativo/cooperativo ¹ (o que pressupõe basicamente o não assalariamento); ademais, é de sua substância o enraizamento nas comunidades e a constituição de um vínculo distinto, de co-responsabilidade e compromisso mútuo, entre produtores e consumidores além, muito além, de uma relação comercial habitual como a que encontramos no mundo capitalista. Também tem como objetivo a constituição de cadeias produtivas solidárias locais, organização do consumo e formação de finanças comunitárias e, adicionalmente, mas não menos importante, o desenvolvimento de um processo pedagógico de organização social.

(À essa definição podem ser agregados alguns outros aspectos à critério dos atentos e combativos teóricos do movimento, mas não irá alterá-la significativamente).

Quando falamos “cadeias produtivas” estamos indo além da questão meramente material e nos debruçando sobre a produção de valores intangíveis como, por exemplo, a SOLIDARIEDADE enquanto forma de produzir e reproduzir a vida. Formulação com igual sentido e dimensão pode ser encontrada em Freud quando trata do processo civilizatório ².

Como conclusão, podemos afirmar que a economia solidária tem como objetivo a produção de **valores de uso** que, todavia, se realizam no mercado capitalista (exceto, é claro, aqueles valores de uso intangíveis a que nos referimos acima) e, portanto, somente o faz enquanto **valores de troca**.

¹ * Economista. Consultor em Microfinanças. E-mail: itoscano2@uol.com.br

A produção de bens e serviços de forma associativa não é uma invenção da Economia Solidária, embora seja sob esta doutrina que a mesma ganha contornos distributivistas e de supressão da exploração do trabalho. No Cap. XI de *El Capital – Cooperación* –, Marx analisa as conseqüências do trabalho coletivo, sob o comando do capital, no desenvolvimento do modo de produção capitalista. (Marx, K – *El Capital – Capítulo XI*; Ed: Fondo de Cultura Económica; México, 1973; pp. 259).

² “Posso agora acrescentar que a civilização constitui um processo a serviço de Eros, cujo propósito é combinar indivíduos humanos isolados, depois famílias e, depois ainda, raças, povos e nações numa única grande unidade, a unidade da humanidade.” (Freud, S. – *O Mal Estar na Civilização* – Capítulo VI; Obras Completas, Vol. XXI; Ed: Imago, Rio de Janeiro, 1969; pp.144).

Ou seja, embora a produção solidária esteja voltada a outros propósitos, ela só se realiza se, e somente se, obedecer à Lei Geral do Valor, i.é., puder ser ofertada como mercadorias no mercado tradicional capitalista.

Isto constitui um grande problema, não somente teórico, mas, principalmente, prático e estratégico: como expandir a economia solidária a ponto de consolidá-la como o modo de produção que irá substituir o modo capitalista de produção de mercadorias, sem fazê-la abdicar de seus princípios?

Longe de ser decorrente de uma visão mercantil, o problema é real já que, por sua natureza, a economia solidária, que usualmente incorpora baixa tecnologia e não se apropria da mais-valia do trabalho assalariado (pois autogestionária), encontra entraves à sua expansão. Como pode, então, aumentar sua produtividade, expandir sua escala de produção etc., sem que se descaracterize em seu projeto?

Esta é a questão que se coloca e tergiversar sobre esses problemas é assumir que discursos panfletários sejam capazes de alterar a materialidade dos fatos.

II. Sobre a expansão da economia solidária

À margem da dificuldade anteriormente apontada, temos a necessidade inexorável de a economia solidária ampliar sua atividade, ampliação não somente quantitativa de iniciativas produtivas, mas na **escala** em que operam.

No primeiro caso, o desafio é criar um, dois, três, milhões de unidades produtivas³ solidárias, o que exige um árduo trabalho de militância social o qual pode, sobremaneira, ser estimulado pela existência de políticas públicas voltadas ao fomento da economia solidária, tais quais algumas ações encetadas pela Senaes.

No segundo caso, o desafio é ultrapassar a fase de “experiências bonitinhas, super-interessantes, mas que, infelizmente, não se aplicam em larga escala”.

Não, as iniciativas populares, em suas estratégias de sobrevivência, já deram mostras de que podem produzir políticas públicas não-governamentais factíveis, com controle popular e elaborado grau de eficiência. É preciso, pois, “ousar lutar, ousar vencer”⁴ sem inibições.

O salto de qualidade proposto implica em um maior grau de organização, inclusive atentando para avanços tecnológicos (o conhecimento é uma dessas tecnologias) que foram produzidos pela humanidade em sua trajetória, mas que foram apropriados privadamente pelos capitalistas.

Defender o experimentalismo é vincular o dinamismo da economia solidária às ações que lhe são externas, portanto, não-perenes, dentre as quais a prodigalidade dos atores nacionais e internacionais, laicos e religiosos.

Insistir nesta tecla é legitimar, dentre outras pródigas ações, as “empresas cidadãs” como precursoras de um “capitalismo bonzinho”, como se isso possível fosse. Ademais, é condenar o produtor solidário à eterna reprodução simples de suas atividades, fazendo-o, no mais das vezes, consumir sua própria mais-valia e, assim, não acumular recursos para se renovar e/ou crescer.

Defendemos, ao contrário, que se discuta de forma aprofunda e, daí, se defina estratégias para um crescimento vigoroso da economia solidária na **escala de atividades de suas unidades produtivas**.

Apenas excessiva má fé pode confundir tais propostas com uma depreciação da importância que as experiências socioeconômicas populares tiveram e têm no contexto das ações voltadas a combater o empobrecimento das populações.

³ O autor evoca o célebre lema guevarista dos anos 60: “Criar um, dois, três, inúmeros Vietnams”; saudosismo.

⁴ Novamente o saudosismo “anos 60”!

III. Sobre o problema de escala

Há, pelo menos, três tipologias de escala a serem consideradas; relatamo-las, com alguns de seus desdobramentos:

1. Escala da produção dos valores de uso propriamente dito – isto significa dizer que cada unidade econômica solidária pode ampliar os bens produzidos e, para tanto, se faz necessário aumentar seu nível de organização e produtividade. Isso pode ser alcançado a partir da aquisição de conhecimento técnico da “ciência burguesa” (na verdade, conhecimento construído pelo homem, mas apropriado privadamente); negar a validade desses saberes técnicos é condenar a produção solidária ao eterno isolamento e a processos produtivos retrógrados.
2. Escala de financiamento das unidades produtivas – este aspecto diz respeito a viabilidade das organizações que atendem às unidades solidárias. É preciso fazer crescer a carteira dessas instituições e, com isso, reduzir seus custos operacionais por unidade de empréstimo concedido; isto age decididamente sobre a sustentação financeira das mesmas e sobre as taxas de juros cobradas.

No caso dos FR's, muito embora não haja necessariamente a cobrança de juros, há uma forte incidência de investimento nas atividades sociais – organização, educação, assessoria etc. Inegável que a ampliação do atendimento, ou como queiram, a ampliação da escala de atendimento, possibilite a redução dos custos incidentes que, em alguns casos, pode ser mais que proporcional ao crescimento alcançado, pois existe o efeito “disseminação” de caráter, digamos, “cultural” de médio prazo que não pode ser negligenciado. Em tempo: “para não dizer que não falei de flores”⁵, é possível também que não haja redução daqueles custos ou, até, que haja um crescimento dos mesmos, mas isso não se constituirá na regra geral.

3. Escala das políticas públicas voltadas à economia solidária – o que se defende é que uma política pública tenha caráter universal sem, contudo, perder a identidade que a constituiu. Ou seja, por ter um largo espectro de atendimento não significa dizer que ela deva ser **padronizada**, destituída das especificidades locais e, tampouco, de controle social, dentre inúmeros outros aspectos em torno dos quais aqueles que se identificam com propostas populares progressistas vêm defendendo historicamente. Uma política pode ser ampla, maciça em seu atendimento e não perder nenhuma daquelas características.

A um medo latente (ou um temor declarado) que o governo “roube” a agenda do movimento social, não, por certo, a agenda política, pois eles sempre caminharam em matrimônio de conveniência; referimo-nos à real possibilidade de que o governo venha abraçar uma política pública vigorosa com vistas a aprofundar processos de natureza estrutural no na área social.

Na atual conjuntura, certamente favorável à expansão do gasto público social, caso não o faça irá desperdiçar a chance histórica de consolidar processos virtuosos de combate ao empobrecimento e promover um novo padrão de desenvolvimento socioeconômico. Uma ação desse tipo, conjugada ao Programa Bolsa Família, por exemplo, traria este mérito. Teoricamente esta seria uma política vigorosa, não se restringindo ao que já existe de experiências, até porque, há algum tempo, se busca a chamada “porta de saída” ao “Bolsa Família”.

⁵

1968 – Canção da resistência à ditadura militar de autoria de Geraldo Vandré.

Em se verificando tal hipótese, há que se perguntar: “E agora, José?”⁶ O sonho acabou!⁷ Chegou a hora dessa gente engajada [*bronzeada, no original*] mostrar seu valor.⁸

Assim, a questão que se coloca é: como as organizações populares, hoje atuantes, podem se preparar para uma eventualidade desse tipo? Teriam capacidade de absorver e disseminar suas práticas? Ou imporiam restrições à ampliação do atendimento e, assim, prejudicariam as populações a serem beneficiadas?

De todo modo, é fundamental sublinhar o fato de que ampliar o espectro de atendimento, portanto, ampliar a escala das ações públicas, neste caso, não significa de forma nenhuma advogar a padronização desse mesmo atendimento. Tal confusão conceitual somente pode decorrer da defesa açodada de posições políticas que, ao fim e ao cabo, são consensuais, mas que se estiolam pela extemporaneidade.

IV. Sobre o crescimento sem emprego

É avaliação corrente que nos próximos anos, a permanecer a conjuntura internacional favorável, o Brasil terá um *boom* de crescimento – crescimento! – com redução significativa do câmbio e da taxa de juros de longo prazo; ademais, prenuncia-se um afluxo de capitais de investimentos que irá alcançar, inclusive, as atividades produtivas populares de base tecnológica, sob a forma de *venture capital* (capital de risco ou empreendedor).

(Algumas projeções dão conta de que a economia brasileira recepcionará, nos próximos anos, algo como US\$ 28 bilhões em investimentos diretos, enquanto o comércio exterior acresceria às divisas um volume de recursos de cerca de US\$ 20 bilhões; dinheiro gordo, portanto. Nessa conjuntura, haverá, por certo, abundância de recursos orçamentários; resta saber o quanto desses recursos poderá se constituir em investimentos ao segmento popular).

Isso não significa que haverá uma oferta de postos de trabalho capaz de absorver o contingente que hoje compreende a economia popular e, dentro dessa, a economia solidária. Todavia, é certo – em se verificando tais investimentos – que parcela daqueles que hoje exercem atividades consideradas como de economia solidária se desloque para o emprego formal eventualmente gerado. Isso levanta três questões que merecem reflexões:

1. A economia solidária terá força e vigor para resistir a esta circunstância e permanecer se consolidando?
2. Como fazer para contra-restar a possível proliferação de iniciativas populares, mas que não têm características solidárias?
3. Como aproveitar a conjuntura favorável para fazer ampliar recursos para o segmento da economia solidária?

Quiçá a visão imediatista, que é uma das características do movimento social e seus magnates, não dê conta da importância dessa temática e, assim, passe ao largo da problemática colocada. Entretanto, a tanto não se pode dar ao luxo lideranças históricas desse movimento, sob pena de serem pegas no contrapé da conjuntura e adiar, mais uma vez, avanços que podem ser obtidos nas circunstâncias favoráveis que se prenunciam.

Por fim, há 15 anos, pelo menos, se discute a característica capital intensiva da atual fase da economia capitalista mundial; o autor já abordou o tema anteriormente⁹.

⁶ Além de reminiscências, uma carinhosa homenagem a João Cabral de Mello Neto – “Morte e Vida Severina”.

⁷ Idem, Gilberto Gil – “O sonho acabou”.

⁸ Idem, Assis Valente – “Brasil Pandeiro”.

⁹ “Não basta educar” – Gazeta Mercantil; 10.12.1999.

V. Sobre o paradoxo fundamental

Há uma tendência histórica das esquerdas em adotarem práticas “reunionistas”; perdemos com isso de forma extraordinária.

Uma das razões talvez seja o fato de que não se sabe ao certo o que se quer; a ausência de projetos coletivos leva a que nos desdobremos em reuniões que, ao fim e ao cabo, pouco fazem avançar a compreensão dos problemas. Nesse sentido, a direita é mais precisa, mais organizada e, assim, logra melhores resultados.

Mas esse problema não pode ser tratado como uma questão moral; antes, é decorrência da ausência de debate político mais consistente no seio da sociedade que, diga-se de passagem, é extremamente despolitizada. Inegavelmente contribui nessa direção o fato de que construímos uma democracia sem povo.

Não se pode, todavia, responsabilizar os grupos e organizações envolvidas com as propostas “mudancistas”. A questão nos parece ser muito mais de viés de classe que orientam as práticas políticas atuais no seio de nossa devotada pequeno burguesia, impregnada de sentimentos de justiça e culpa histórica... judaico-cristã!

Não raro assistimos discussões intermináveis em torno de políticas públicas, com a participação da sociedade civil que nem ao menos entre si se entende, nem e tem claro seus objetivos. Reuniões, mobilizando dezenas de entidades e convidados de todas as partes do país, ocorrem às expensas do poder público e, de objetivo, o que se consegue produzir são “sensibilizações”, muitas vezes dirigidas aos próprios entes governamentais. Ou seja, o poder público gasta recursos para convencer a si próprio!

Os projetos coletivos das esquerdas foram substituídos, com sensíveis perdas, pelos projetos corporativos e, assim, a construção de um “mundo melhor”, pós muro de Berlin, tornou-se muito mais difícil, já que o paradigma foi, literalmente, derrubado; sobraram uma profusão de “cercas”, do salve-se quem puder dos grupos corporativos que confundem sombras com o que as projetam: seus interesses – legítimos, no mais das vezes – com os interesses gerais da sociedade.

(É possível que o processo deva se desenrolar desse jeito mesmo e que o autor seja vítima de “impaciência histórica”; é possível, mas não aceitável).

VI. Sobre o custo das políticas públicas

As parcerias da sociedade civil e governo ensejam um prolongado processo de discussões que denota, no mais das vezes, a falta de definição de ambas as partes.

Sucedem-se intermináveis reuniões marcadas pela ausência de pauta previamente definida, permissividade com os horários e disciplina de trabalho. Em 70% dos casos, os assuntos tratados nessas reuniões bem poderiam ser realizados por Internet o que evitaria os enormes gastos incidentes e facilitaria a fluidez dos debates.

Mas não se gosta de discutir tais aspectos sob o preconceito de que se trata de uma visão burocrática sobre o processo político. Finalmente, o dinheiro é do “governo” (o que não é verdade, já que o dinheiro é do Estado; governos são circunstâncias).

Tomar conhecimento, debater e refletir sobre a natureza dos custos dos programas sociais deveria se constituir no compromisso central por parte de todos os envolvidos com

Se tais questões não são relevantes, quedamo-nos estarecidos, pois fatos dessa natureza fragilizam a defesa de nossas propostas e, sob todos os pontos de vista, são indefensáveis.

VII. Sobre os indicadores

É fato que os indicadores tradicionais, de matiz nitidamente positivista, são, isoladamente, absolutamente inconclusivos. Todavia, desconsiderar a necessidade de se conhecer estatísticas relacionadas às atividades sociais – até para construir indicadores “sadios”, que aliem aspectos quantitativos e qualitativos – soa-nos como inconseqüência pueril.

Preocupa-nos – sem nenhum viés economicista – o quanto se gasta para encetar ações na área social, bem como a qualidade de seu alcance; isso vale tanto no que diz respeito às ações das organizações não-governamentais, como com as atividades-meio do governo e foram pouquíssimas as oportunidades em que tivemos a satisfação de conhecer tais despesas pertinentemente.

Se alude freqüentemente (e com ênfase) à organização popular, protagonismo local, processos pedagógicos das massas, mas não dispomos de quantificação que espelhe o resultado de ações que os trabalhadores sociais realizem nessa direção. Por exemplo, os Fundos Rotativos solidários – a mais genuína modalidade de finanças sociais – não dispõe de informações sobre número de participantes, movimentação financeira, alcance de suas ações, custo de administração etc. e que tais. Tudo fica no campo da crença; nós, que conhecemos um pouquinho destas iniciativas populares, estamos certos de que se se organizassem melhor as informações teríamos mais sucesso em convencer segmentos da sociedade de que se trata de uma política pública não governamental verdadeiramente democrática, e de baixo custo, cujos resultados ultrapassam a geração atual e, daí, ser sustentável no longo prazo.

Pasmamo-nos quando se insiste em negligenciar a relevância de termos indicadores, a dedo escolhidos e diligentemente construídos; termos acesso a estes deveria ser uma bandeira por parte de todos os envolvidos com o movimento social.

VIII. Sobre a agroecologia

Sim, sempre que possível fazemos nossas compras semanais em feiras agroecológicas; por todas as razões preservacionistas, pedagógicas, libertárias etc., etc. etcetera. e, também, por questões de saúde. Mas essa não é a questão central: a proposta agroecológica reúne os elementos essenciais para se tornar um projeto coletivo.

Não obstante, consumir produtos agroecológicos não fica adstrito ao plano individual, mas é real a possibilidade de a produção familiar agroecológica superar seus limites – oscilação de oferta, baixa produtividade, diversificação dos produtos etc. O aprofundamento das práticas de economia solidária no segmento agroecológica pode, não somente superar as questões acima, como romper o individualismo típico das famílias agricultoras.

Assim, resistir à discussão que diz respeito à expansão do potencial das unidades familiares agroecológicas em consolidar iniciativas decisivas no campo da economia solidária é, não apenas uma grave omissão, mas uma prática que pode comprometer a viabilidade daquelas iniciativas.